



BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

**Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2024**

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em 31 de janeiro de 2024 foi implementada, através da aquisição de ações do Banco até então mantidas pela CCB Holding, a transferência do controle acionário do Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S.A (antigo China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A) ora denominando “Bank of China (Brasil)”, instituição controladora. Este processo foi iniciado no primeiro semestre de 2023 por meio do aumento de capital de R\$ 540 milhões para o Bank of China Limited (“BOC”), instituição financeira chinesa com sede em Pequim, atual controladora, no Brasil, do Banco da China Brasil S/A (“BOC Brasil”). A CCB Holding manteve participação minoritária de 31,4% no Banco.

Em 7 de junho de 2024 o Banco Central do Brasil publicou no Diário Oficial da União – DOU a aprovação da transferência do controle societário do Grupo Bank of China (Brasil) para o Bank of China Limited, dando continuidade ao processo de transição e cumprimento das obrigações contratuais e regulatórias da transação. Em 7 de outubro de 2024 foram aprovadas as alterações das denominações sociais do Banco e suas subsidiárias e em 11 de novembro de 2024 a alteração dos endereços juntos aos órgãos reguladores.

A nova Administração, cuja posse ocorreu em 1º de fevereiro de 2024, submete a V.S.as. as demonstrações contábeis preparadas com base nas premissas e estimativas aplicadas pela Administração anterior, do **BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A** (“BOC Leasing” ou “Instituição”) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, elaboradas em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil – BACEN.

Desempenho

O saldo da carteira de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 383,9 milhões, valor superior ao registrado em dezembro de 2023, cujo valor foi de R\$ 144,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Instituição atingiu R\$ 208,9 milhões, redução de 31,5% em comparação com R\$ 305,1 milhões registrado em dezembro de 2023 devido a dividendos propostos para pagamento no valor de R\$ 108,2 milhões no primeiro semestre de 2024.

No exercício de 2024, o resultado bruto da intermediação financeira totalizou R\$ 34,5 milhões (R\$ 46,9 milhões em 31 de dezembro de 2023), enquanto o lucro líquido deste período foi de R\$ 15,8 milhões (R\$ 25,1 milhões para o mesmo período de 2023).

São Paulo, 28 de agosto de 2025.

A Diretoria

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores do

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A (anteriormente denominado CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A (anteriormente denominado CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A) (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 17 de abril de 2024, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas Demonstrações Contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

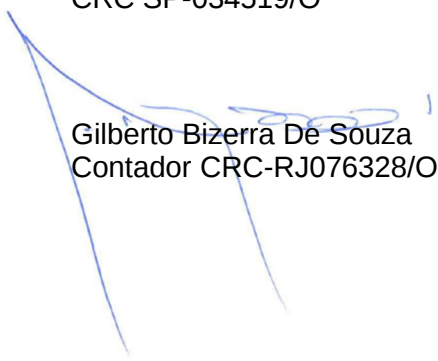
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Companhia, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2025.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Gilberto Bizerra De Souza
Contador CRC-RJ076328/O

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante e não circulante			
Instrumentos Financeiros		402.025	327.147
Disponibilidades		61	60
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	9.754	179.793
Arrendamento mercantil	6.a	383.866	144.367
Outros instrumentos financeiros	7	11.400	5.364
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	8	(3.056)	(2.437)
Ativos Fiscais		19.420	12.411
Impostos a compensar		9.076	5.266
Crédito tributário	10.a	10.344	7.145
Outros Ativos	11	218	237
Ativos não Financeiros mantidos para Venda	9	-	306
Custo		127	433
Provisão para redução ao valor recuperável		(127)	(127)
Total do Ativo		421.663	340.101
PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante e não circulante			
Instrumentos Financeiros		167.896	-
Captações no mercado	12	167.896	-
Provisões	13	10.627	9.165
Obrigações Fiscais		30.388	19.775
Impostos correntes		5.632	4.096
Impostos diferidos	10.b	24.756	15.679
Outras Obrigações	14	3.861	6.040
Total do Passivo		212.772	34.980
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16.a	180.920	180.920
Reservas de Lucros		27.971	124.201
Total do Patrimônio Líquido		208.891	305.121
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		421.663	340.101

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Demonstração do Resultado

Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação do capital social)

	Nota	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira		18.861	37.000	46.866
Operações de arrendamento mercantil	18	15.389	24.264	17.811
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	19	3.472	12.736	29.055
Despesas da Intermediação Financeira		(2.464)	(2.464)	-
Operações de captações no mercado	20	(2.464)	(2.464)	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da Perda Esperada ao Risco de Crédito		16.397	34.536	46.866
(Constituição) reversão de provisão para perda esperada ao risco de crédito	8	(1.514)	(619)	1.784
Resultado Líquido da Intermediação Financeira		14.883	33.917	48.650
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(5.839)	(7.604)	(8.239)
Receitas com prestação de serviços e tarifas		-	-	1
Despesas de pessoal	21	(281)	(544)	(501)
Outras despesas administrativas	22	(893)	(1.243)	(986)
Outras receitas operacionais	23	955	1.437	933
Outras despesas operacionais	24	(1.305)	(2.759)	(3.076)
Provisão para passivos contingentes	15	(4.315)	(4.495)	(4.610)
Resultado Operacional		9.044	26.313	40.411
Resultado não operacional	25	(56)	(56)	1.476
Resultado Antes da Tributação		8.988	26.257	41.887
Imposto de Renda e Contribuição Social		(3.595)	(10.502)	(16.755)
Imposto correntes	10.c	(2.167)	(4.624)	(3.077)
Impostos diferidos	10.c	(1.428)	(5.878)	(13.678)
Lucro Líquido do semestre/exercícios		5.393	15.755	25.132
Quantidade de ações (mil)		8.224	8.224	8.224
Lucro por ação - R\$		0,66	1,92	3,06

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A**Demonstração do Resultado Abrangente**
Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>2º Semestre 2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>5.393</u>	<u>15.755</u>	<u>25.132</u>
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do semestre/exercícios	<u><u>5.393</u></u>	<u><u>15.755</u></u>	<u><u>25.132</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.



BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Estatutário		
Saldos em 01 de janeiro de 2023	180.920	14.702	90.336	-	285.958
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.132	25.132
Destinações do lucro:					
Dividendos propostos (R\$ 0,73 por ação) (nota 16.b)	-	-	-	(5.969)	(5.969)
Reservas	-	1.256	17.907	(19.163)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	180.920	15.958	108.243	-	305.121
Mutações do exercício	-	1.256	17.907	-	19.163
Saldos em 01 de janeiro de 2024	180.920	15.958	108.243	-	305.121
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.755	15.755
Destinações do lucro:					
Dividendos propostos (R\$ 13,62 por ação) (nota 16.b)	-	-	(108.243)	(3.742)	(111.985)
Reservas	-	788	11.225	(12.013)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	180.920	16.746	11.225	-	208.891
Mutações do exercício	-	788	(97.018)	-	(96.230)
Saldos em 01 de julho de 2024	180.920	16.476	9.844	-	207.240
Lucro líquido do semestre	-	-	-	5.393	5.393
Destinações do lucro:					
Dividendos propostos (R\$ 0,46 por ação) (nota 16.b)	-	-	-	(3.742)	(3.742)
Reservas	-	270	1.381	(1.651)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	180.920	16.746	11.225	-	208.891
Mutações do semestre	-	270	1.381	-	1.651

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do semestre/exercícios		5.393	15.755	25.132
Ajustes ao Resultado		7.129	10.686	14.598
Constituição (reversão) de provisão para perda esperada ao risco de crédito	8	1.514	619	(1.784)
Atualização de depósitos em garantias	23	(184)	(362)	(430)
Provisão para passivos contingentes	15	4.315	4.495	4.610
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos	10.c	1.428	5.878	13.678
Perda (ganho) na venda de ativos disponíveis para venda	25	56	56	(1.476)
Lucro ajustado		12.522	26.441	39.730
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		130.468	172.698	49.990
(Aumento) na carteira de arrendamento mercantil		(194.459)	(239.499)	(27.807)
(Aumento) em outros instrumentos financeiros e outros ativos		(8.680)	(9.465)	(1.782)
Aumento em captação no mercado		167.896	167.896	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.406)	(7.170)	(10.379)
Pagamento de contingências	15	(158)	(158)	(22.477)
Aumento (Redução) em outras obrigações		5.537	5.879	(61.312)
Caixa Líquido Originado (Utilizado) em Atividades Operacionais		109.720	116.622	(34.037)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	25	250	250	2.812
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimentos		250	250	2.812
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Dividendos pagos	16.b	(114.212)	(114.212)	-
Juros sobre capital próprio pagos	16.c	-	-	(8.500)
Caixa Líquido (Utilizado) em Atividades de Financiamento		(114.212)	(114.212)	(8.500)
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.242)	2.660	(39.725)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	4	14.057	7.155	46.879
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	4	9.815	9.815	7.155
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.242)	2.660	(39.724)

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A (“BOC Brasil Leasing”), anteriormente denominado CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A, sediado na Avenida Paulista, nº 901, São Paulo - SP, Brasil, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S/A (“Bank of China (BRASIL)” ou “Banco”), integrante do grupo Bank of China Limited (“BOC”), instituição financeira chinesa com sede em Pequim, e tem como objetivo a prática de operações de arrendamento mercantil em todo o território nacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Em 31 de janeiro de 2024 foi implementada, através da aquisição de ações do Banco até então mantidas pela CCB Holding, a transferência do controle acionário do Bank of China (Brasil), iniciada no primeiro semestre de 2023 por meio do aumento de capital de R\$ 540 milhões para o Bank of China Limited, atual controladora, no Brasil, do Banco da China Brasil S/A (“BOC Brasil”). A CCB Holding manteve participação minoritária no Banco.

Em 7 de junho de 2024 o Banco Central do Brasil publicou no Diário Oficial da União – DOU a aprovação da transferência do controle societário do Grupo Bank of China (Brasil) para o Bank of China Limited, dando continuidade ao processo de transição e cumprimento das obrigações contratuais e regulatórias da transação. Em 7 de outubro de 2024 foram aprovadas as alterações das denominações sociais do Banco e suas subsidiárias e em 11 de novembro de 2024 a alteração dos endereços juntos aos órgãos reguladores.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A foram elaboradas com base nas principais práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, do BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 02/20 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. A Resolução BCB nº 02/20, revogou a Circular Bacen nº 3.959/19, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (nota 27).

Destacamos que conforme opção prevista no Artigo 23 da Resolução BACEN nº 02/20, o BOC Brasil Leasing optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As operações de arrendamento mercantil foram apresentadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pela Diretoria em 28 de agosto de 2025.

b) Novas normas emitidas com vigência futura

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis ao Grupo Bank of China (Brasil), entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

i) Resolução CMN nº 4.966/21

A Resolução CMN nº 4.966/21, com as atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100/23 e demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), convergindo os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

As principais mudanças referem-se: à classificação e mensuração de instrumentos financeiros; ao reconhecimento de juros contratuais em caso de atraso; ao reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual; à baixa a prejuízo dos contratos vencidos e; ao reconhecimento da provisão com base na perda esperada e na classificação das operações com problemas de crédito.

A adoção da referida normativa será aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção serão reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

Os principais impactos estimados (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas são:

1. Efeitos esperados da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/21): O BOC Brasil Leasing estima uma reversão da provisão de aproximadamente R\$ 1.765 (equivalente a uma diminuição de, aproximadamente, 57,7% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024), que inclui provisão mínima requerida. Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros:

I - A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro;

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

II - A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros.

III - Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art.76 da Resolução BCB nº 352/23, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II desta Resolução, observando o período de atraso. O efeito da adoção inicial do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será reconhecido no patrimônio líquido pelo valor de R\$ 1.059 milhões, após os efeitos tributários.

2. Impactos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/21, a Lei nº 14.467/22 (com as alterações da Lei nº 15.078/24) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial.

A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento.

A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês. Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos, demonstrados na Nota 10a.

3. Nas demais mudanças da adoção inicial não identificamos impactos na aplicação do conceito da taxa efetiva e na remensuração dos ativos financeiros que estavam em stop accrual em 31 de dezembro de 2024.

ii) Instrução Normativa BCB nº 493/24

A instrução Normativa BCB nº 493/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 426, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

iii) Instrução Normativa BCB nº 494/24

A instrução Normativa BCB nº 494/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 427, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

iv) Instrução Normativa BCB nº 495/24

A instrução Normativa BCB nº 495/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 428, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

v) Instrução Normativa BCB nº 496/24

A instrução Normativa BCB nº 496/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 429, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

vi) Instrução Normativa BCB nº 497/24

A instrução Normativa BCB nº 497/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 430, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

vii) Instrução Normativa BCB nº 498/24

A instrução Normativa BCB nº 498/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 431, de 1º de dezembro de 2023, de define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

viii) Instrução Normativa BCB nº 499/24

A instrução Normativa BCB nº 499/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 432, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

ix) Instrução Normativa BCB nº 500/24

A instrução Normativa BCB nº 500/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 433, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação do BOC Brasil Leasing.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme CPC 03 e Resolução CMN nº 4.818/20, caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 03 meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

c) Aplicações em depósitos interfinanceiros

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Operações de arrendamento mercantil e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

As operações de arrendamento mercantil são apresentadas pelo valor presente e descontadas pelas taxas previstas em contratos e atualizadas pelos respectivos indexadores. Conforme a Resolução nº 2.682/99 do CMN, para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento das prestações e a receita decorrente da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo (write-off) é classificada na linha Receitas da intermediação financeira – Operações de arrendamento mercantil.

Para a apuração da provisão para perda associada ao risco de crédito, as operações de arrendamento mercantil são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 6.d – Composição da carteira por níveis de risco.

As operações classificadas como nível H, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente (desde que apresentem 180 dias de atraso), e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.

e) Ativos não financeiros mantidos para venda

Ativos não financeiros mantidos para venda inclui o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações contábeis. São mensurados ao que for

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria. O reconhecimento é efetuado de acordo com a Resolução BCB nº 4.747/19.

f) Ativos e obrigações fiscais

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social.

O estoque de créditos tributários e de passivo fiscal diferido registrado foram calculados pela aplicação da alíquota de 25% para impostos de renda e de 15% para contribuição social.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. O BOC Brasil Leasing não possui ativos contingentes de êxito provável;
- **Provisões:** são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa;
- **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

h) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perda associada ao risco de crédito, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O BOC Brasil Leasing revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos bancários	61	60
Aplicações no mercado aberto	9.754	7.095
Total	9.815	7.155

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	172.698
Aplicações no mercado aberto	9.754	7.095
Total	9.754	179.793
Circulante	9.754	7.095
Não circulante	-	172.698
Total	9.754	179.793

6. CARTEIRA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Operações de arrendamento mercantil a valor presente

	31/12/2024	31/12/2023
Bens arrendados	417.323	195.830
Superveniência de depreciações	95.469	59.737
Depreciação acumulada de bens arrendados	(114.279)	(80.041)
Arrendamento financeiro a receber	340.721	92.667
Valores residuais a realizar	75.040	92.442
Perdas em arrendamento	4.676	3.914
Valores residuais a balancear	(75.040)	(92.442)
Credores por antecipação de valor residual	(19.561)	(35.073)
Rendas a apropriar de arrendamento financeiro a receber	(340.483)	(92.667)
Carteira de arrendamento a valor presente	383.866	144.367

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Diversificação por setor de atividade

	31/12/2024	31/12/2023
Setor Privado		
Serviços	319.044	124.016
Indústria	61.312	14.050
Comércio	3.510	6.301
Total	383.866	144.367

c) Diversificação por prazos – por parcela

	31/12/2024	31/12/2023
Vencidos a partir de 15 dias	627	-
Até 03 meses	14.244	9.197
De 03 meses até 01 ano	94.236	31.508
Total circulante	109.107	40.705
Não circulante	274.759	103.662
Total	383.866	144.367

d) Composição da carteira por níveis de risco

	31/12/2024			31/12/2023		
Nível de risco	Base de cálculo	% (*)	Provisão	Base de cálculo	% (*)	Provisão
AA	121.074	31,54	-	20.532	14,22	-
A	255.340	66,52	1.277	110.956	76,86	555
B	5.730	1,49	57	8.679	6,01	87
D	-	-	-	1.907	1,32	190
G	-	-	-	2.293	1,59	1.605
H	1.722	0,45	1.722	-	-	-
Total	383.866	100	3.056	144.367	100	2.437

(*) Percentual da carteira de arrendamento mercantil por rating sobre a carteira total.

e) Níveis de concentração de risco

	31/12/2024		31/12/2023	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor	155.644	40,55	87.649	60,71
5 maiores devedores	350.520	91,31	121.207	83,96

7. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - ATIVO

	31/12/2024	31/12/2023
Devedores por depósito em garantia (não circulante)	11.400	5.364

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

8. PROVISÃO PARA PERDA ASSOCIADA AO RISCO DE CRÉDITO

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	2.437	4.221
Constituição (reversão) de provisão	619	(1.784)
Saldo final	3.056	2.437
Percentual da provisão sobre carteira	0,80	1,69
Recuperação de créditos baixados para prejuízo de Operações de arrendamento mercantil (nota 18)	3	46
Circulante	2.098	1.877
Não Circulante	958	560
Total	3.056	2.437

Em 31 de dezembro de 2024 a carteira de contratos renegociados apresentou um saldo de R\$ 1.762 (Dezembro/23 - R\$ 4.871). O saldo de provisão de créditos renegociados é de R\$ 1.723 (Dezembro/23 – R\$ 1.802).

Do montante de contratos renegociados, R\$ 1.722 (Dezembro/23 – R\$ 4.200) abrange contratos repactuados em razão de dificuldades financeiras de devedores.

9. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

	31/12/2024	31/12/2023
Veículos e afins	-	306
Máquinas e equipamentos	127	127
Subtotal	127	433
Provisão para redução ao valor recuperável	(127)	(127)
Total - não circulante	-	306

10. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

- a) **Créditos tributários diferidos:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Ativos Fiscais, apresentaram a seguinte movimentação no período:

Descrição	31/12/2023	Realizações	Adições	31/12/2024
Imposto de Renda				
Provisão para perda associada ao risco de crédito	592	(420)	592	764
Provisão para ativos não financeiros	32	-	-	32
Provisão para contingências e outras	1.533	(36)	1.115	2.612
Subtotal	2.157	(456)	1.707	3.408

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Prejuízo fiscal IR	3.667	-	1.225	4.892
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	5.824	(456)	2.932	8.300
Contribuição Social				
Provisão para perda associada ao risco de crédito	383	(280)	355	458
Provisão para ativos não financeiros	19	-	-	19
Provisão para contingências e outras	919	(21)	669	1.567
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	1.321	(301)	1.024	2.044
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	7.145	(757)	3.956	10.344

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

Ano Projetado	Realização dos Créditos Tributários										31/12/2024	31/12/2023
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	Total	Total
Valor Projetado	2.514	2.521	175	175	4.393	175	175	172	44	-	10.344	7.145
Valor Presente (*)	2.240	2.001	123	110	2.465	87	78	68	15	-	7.187	5.574
% Realização	24,3%	24,4%	1,7%	1,7%	42,5%	1,7%	1,7%	1,6%	0,4%	-	100%	

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada

b) Passivo fiscal diferido

	31/12/2023	Realizações	Adições	31/12/2024
Imposto de Renda				
Atualização monetária de depósitos em garantia	465	-	91	556
Superveniência de Depreciação	14.934	(2.203)	11.136	23.867
Subtotal Imposto de Renda	15.399	(2.203)	11.227	24.423
Contribuição Social				
Atualização monetária de depósitos em garantia	280	-	53	333
Total	15.679	(2.203)	11.280	24.756

c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024		31/12/2023	
	IR	CS	IR	CS
Apuração				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	26.257	26.257	41.887	41.887
Base de cálculo	26.257	26.257	41.887	41.887
Adições temporárias	15.640	6.828	3.903	3.903
Exclusões temporárias	(46.799)	(2.255)	(60.458)	(25.275)
Lucro real e base de cálculo do IR e CSLL	(4.902)	30.830	(14.668)	20.515
Lucro real e base de cálculo do IR e CSLL	(4.902)	30.830	(14.668)	20.515
Encargos às alíquotas de IR e CSLL	-	4.624	-	3.077
Impostos correntes	-	4.624	-	3.077
Conciliação do resultado				
Impostos correntes	-	4.624	-	3.077
Imposto de Renda e CSLL diferido	9.024	53	8.902	66

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

(=) Provisão IR e CSLL	9.024	4.677	8.902	3.143
Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias)	(1.707)	(1.024)	(976)	(585)
Constituição de crédito tributário (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa)	(1.225)	-	(3.667)	0
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	456	301	6.211	3.727
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(2.476)	(723)	1.568	3.142
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	6.548	3.954	10.470	6.285

11. OUTROS ATIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Pagamentos a ressarcir	218	218
Outros	-	19
Total	218	237
Circulante	-	19
Não circulante	218	218
Total	218	237

12. CAPTAÇÕES NO MERCADO

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos interfinanceiras (não circulante)	167.896	-

13. PROVISÕES

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões para contingências (nota 15)	10.408	6.071
Outras	219	3.094
Total	10.627	9.165
Circulante	219	3.094
Não circulante	10.408	6.071
Total	10.627	9.165

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2024	31/12/2023
Sociais e estatutárias	3.771	6.020
Valores a pagar sociedade ligada	90	20
Total	3.861	6.040
Circulante	3.861	6.040
Total	3.861	6.040

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

15. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O BOC Brasil Leasing é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível e fiscal.

a) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes:

PIS x Lei nº 9.718/98 sem valor envolvido para os exercícios de 2024 e 2023: pleiteava o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Devido cálculo efetuado a menor em Litigio Zero no BOC Brasil Leasing, a Receita Federal do Brasil fez nova apuração e constatou recolhimento a menor, sendo feito recolhimento complementar posterior e totalizou em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 18.

COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 2.776 (Dezembro/23 – R\$ 2.642): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 3.413 (Dezembro/23 – R\$ 3.221). Devido cálculo efetuado a menor em Litigio Zero na Leasing, a Receita Federal do Brasil fez nova apuração e constatou recolhimento a menor, sendo feito recolhimento complementar posterior e totalizou em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 125.

Processos cíveis

O BOC Brasil Leasing possui processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 7.632 (Dezembro/23 – R\$ 3.429). As provisões são, em geral, decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 5.689 (Dezembro/23 – R\$ 15).

Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

	31/12/2023	Constituição	Reversão	Atualização	Pagamento	31/12/2024
Cíveis	3.429	4	(202)	4.416	(15)	7.632
PIS e COFINS – Alargamento da base de cálculo – Lei nº 9.718/98	2.642	143	-	134	(143)	2.776
Total	6.071	147	(202)	4.550	(158)	10.408

Para as contingências descritas o BOC Brasil Leasing depositou em garantia (nota 7 – Outros instrumentos financeiros - Ativo), um total de R\$ 11.400 (Dezembro/23 – R\$ 5.364) sendo R\$ 5.689 – processos cíveis (Dezembro/23 – R\$ 15) e R\$ 5.711 – processos fiscais (Dezembro/23 – R\$ 5.349).

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Em 2023, o BOC Brasil aderiu ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) – "Litígio Zero" junto à Receita Federal conforme estabelecido pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1, de 12 de janeiro de 2023, que dentre outros benefícios, promoveu descontos nos débitos em aberto e possibilitou o pagamento de débitos fiscais com a utilização de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, do BOC Brasil no montante de R\$ 12.311, que posteriormente foi reembolsado pelo BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

b) Processos fiscais e cíveis classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo BOC Brasil Leasing e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

Processos fiscais

O BOC Brasil Leasing possui um processo que está classificado como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desse processo é de R\$ 2.181 (Dezembro/23 – R\$ 3.585). As contingências são decorrentes da execução fiscal relativos aos de ISS cobrado fora do município do tomador. Para o valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 2.196 (Dezembro/23 – R\$ 2.127).

Processos cíveis

O BOC Brasil Leasing possui processos que estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 17.053 (Dezembro/23 – R\$ 14.257). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O quadro de acionistas do BOC Brasil Leasing é o seguinte:

Acionista	31/12/2024		31/12/2023	
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S/A	8.223.644	8.223.664	8.223.664	8.223.664
Total de ações	8.223.664	8.223.664	8.223.664	8.223.664
Total em Reais	180.920	180.920	180.920	180.920

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Dividendos

Conforme o artigo 18 do estatuto, a Assembleia poderá, por proposta da Diretoria, destinar pelo menos 25% do lucro líquido do exercício para distribuição de dividendos nos termos da legislação societária aplicável.

Em 27 de dezembro de 2024, a diretoria referendou em reunião propor aos acionistas o pagamento de dividendos no montante de R\$ 3.742, decorrente da reserva lucros auferidos em exercícios anteriores, além da destinação de 5% do lucro auferido no semestre para Reserva Legal.

Em 30 de setembro de 2024 o BOC Brasil Leasing pagou dividendos mínimos no montante de R\$ 108.243 referente aos valores propostos no 1º semestre de 2024 e R\$ 5.969 referente ao exercício de 2023.

c) Juros sobre capital próprio

Nos exercícios de 2024 e 2023 não houve destinação a título de juros de capital próprio para os acionistas do BOC Brasil Leasing. No exercício de 2022 foi deliberada a destinação pela diretoria executiva do montante de R\$ 8.500 a título de juros sobre o capital próprio, o qual após a retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultou no montante líquido de R\$ 7.225, imputáveis ao valor de dividendos mínimos obrigatórios, cujo pagamento foi realizado em junho de 2023.

d) Reservas

Reserva legal - Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido, limitado a 20% do capital social.

Reserva estatutária - Constituída pela destinação de valores remanescentes dos lucros líquidos de períodos encerrados, deduzidos das constituições de reserva legal, dos dividendos e dos juros sobre capital próprio, e tem por finalidade reforçar o capital social e de giro do BOC Brasil Leasing, objetivando assegurar adequadas condições operacionais.

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

17. PARTES RELACIONADAS

a) Partes relacionadas

O BOC Brasil Leasing mantém transações com partes relacionadas. Os saldos de operações do BOC Brasil Leasing com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 são com o controlador Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S/A e estão assim demonstrados:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos bancários (nota 4)	61	60	-	-
Aplicações no mercado aberto (notas 5 e 19)	9.754	7.095	1.105	3.175
Aplicações em depósitos interfinanceiros – CDI (notas 5 e 19)	-	172.698	11.631	25.880
Total do ativo	9.815	179.853		

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Depósitos interfinanceiros (nota 12)	(167.896)	-	(2.464)	-
Dividendos propostos (nota 16.b)	(3.742)	(5.969)	-	-
Intermediação de operações de leasing (nota 14)	(90)	(20)	(202)	(220)
Total do passivo	(171.728)	(5.989)		

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto são representadas por compromissos de revenda de títulos a preços fixos a taxa 12,15% ao ano (Dezembro/23 – 11,65% ao ano), com liquidação em 02 de janeiro de 2025 (Dezembro/23 – 02 de janeiro de 2024) e estão lastreadas por LFT com vencimento para 01 de março de 2026 e aplicações em CDI a taxa de - (Dezembro/23 – 100% com vencimento 02 de janeiro de 2025).

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração não recebe remuneração pelos cargos ocupados no BOC Brasil Leasing.

O BOC Brasil Leasing não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego e nem benefícios de longo prazo de rescisão de contrato.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição do lucro em relação ao exercício de 2023 e o não pagamento de remuneração aos membros da Diretoria para o exercício de 2024. Em sociedades anônimas a aprovação da remuneração anual global dos administradores é prerrogativa da Assembleia Geral, artigo 152 da lei nº 6.404.

18. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Operações de arrendamento mercantil	15.388	24.261	17.765
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1	3	46
Total	15.389	24.264	17.811

19. RESULTADO DE APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	2.860	11.631	25.880
Rendas de aplicações de operações compromissadas	612	1.105	3.175
Total	3.472	12.736	29.055

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

20. DESPESAS DE CAPTAÇÕES NO MERCADO

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos interfinanceiros	(2.464)	(2.464)	-
Total	(2.464)	(2.464)	-

21. DESPESA COM PESSOAL

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Salários	(175)	(332)	(302)
Encargos Sociais	(57)	(116)	(118)
Benefícios	(49)	(96)	(81)
Total	(281)	(544)	(501)

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de serviços de terceiros	(291)	(434)	(421)
Despesas de manutenção e conservação	(290)	(290)	-
Despesas de processamento de dados	(128)	(219)	(201)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(61)	(120)	(166)
Despesas com contribuição a entidades associativas	(52)	(101)	(96)
Despesas de aluguéis e taxas	(1)	(2)	(41)
Outras despesas	(70)	(77)	(61)
Total	(893)	(1.243)	(986)

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de encargos e despesas	335	639	503
Atualização de depósitos em garantia	184	362	430
Correções monetárias antecipadas	424	424	-
Outras rendas operacionais	12	12	-
Total	955	1.437	933

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição para financiamento da seguridade social	(693)	(1.435)	(1.897)
Impostos sobre serviços	(336)	(644)	(443)
Programa de integração social	(113)	(234)	(308)
Correção de impostos e contribuições	(14)	(221)	(155)
Participação nos lucros - empregados	(29)	(33)	(52)
Outras despesas operacionais	(120)	(192)	(221)
Total	(1.305)	(2.759)	(3.076)

25. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Valor de venda de bens	250	250	2.812
Valor de aquisição dos bens vendidos	(306)	(306)	(2.640)
Reversão da provisão para perda dos bens vendidos	-	-	1.304
Total	(56)	(56)	1.476

26. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL

Alinhada às diretrizes relacionadas ao gerenciamento de riscos das Instituições Financeiras e estabelecidas pelo Banco Central, em sua Resolução BCB nº 334/23 e Resolução CMN nº 4.577/17, o BOC Brasil Leasing segue a Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S/A., que é aplicada em todas as suas empresas.

Esta circular dispõe sobre as condições de apetite ao risco, condutas e procedimentos adequados para dimensionar, monitorar, controlar e relatar os riscos internamente.

Deste modo, com a aplicação de suas Políticas de Gerenciamento de Riscos, o conglomerado Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S/A. visa também o atendimento dos requisitos regulatórios relacionados aos controles internos de suas atividades, impostos pela Resolução CMN nº 4.968/21.

A gestão dos riscos envolve diversas estruturas da governança do conglomerado Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S/A.: o seu Conselho de Administração, Diretoria Executiva por meio de decisões colegiadas apoiadas pelos seus demais Comitês.

O Relatório de Gestão de Riscos do Conglomerado Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S/A (não auditado) encontra-se disponível para leitura no site <http://www.bocbrasil.com.br> no menu Institucional | Governança Corporativa | Gestão de Riscos | Relatórios de Gerenciamento de Risco.

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Gestão do Risco de Mercado

A Divisão de Risco de Liquidez, Mercado e Capital é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Bank of China (Brasil). Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pela Declaração de apetite ao Risco (RAS), assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

Gestão do Risco de Crédito

O BOC Brasil Leasing possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito controlada pelo Banco, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os ratings de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto, os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez da Instituição consiste em mensurar, avaliar e controlar sua capacidade de honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações.

O BOC Brasil Leasing possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do Banco tanto no curto quanto no longo prazo.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez no curto e longo prazo;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3.
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados tempestivamente para tomada de ações corretivas e preventivas.

Análise de Sensibilidade

Com o intuito de administrar a exposição a riscos de mercado e consequentemente proteger o BOC Brasil Leasing de oscilações inesperadas, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos, realizamos uma avaliação de sensibilidade sobre o conjunto de operações e instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais. Esta análise é realizada por grupos de fatores de risco de mercado considerados relevantes tais como taxa de juros, taxa de câmbio, índice de preços e ações.

O Departamento de Gestão de Riscos do BOC Brasil Leasing realiza o acompanhamento ativo das exposições aos riscos inerentes de suas posições tanto em condições normais de mercado quanto em situações de estresse, e assim, à medida que são identificadas perdas significativas nestas apurações, ações mitigadoras são rapidamente

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

executadas a fim de minimizar o risco identificado. Além disto, para a eventualidade de se fazer frente a cenários imprevistos, o banco mantém caixa mínimo suficiente para garantir o reequilíbrio financeiro.

Desta forma, a elaboração do quadro de sensibilidade, demonstrado abaixo, adotou como procedimento:

- (i) Calcular, em cada um dos cenários, os valores das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio e seus respectivos hedges (Carteira Estrutural do BOC Brasil Leasing);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, optar pela direção que traga a maior perda e, sobre ele, aplicar aumento ou redução definidos;
- (iii) Por fim, obter os resultados das perdas relativas ao cenário hipotético em questão.

Os cenários, a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado do BOC Brasil Leasing e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Resumo das premissas para cada um dos cenários:

Escolheu-se para cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda para cada fator de risco. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas ou preços vigentes.

Cenário 01: Situação provável, que reflete a percepção do BOC Brasil Leasing em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de 3 meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão e ANBIMA, etc.).

Cenário 02: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2024, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 03: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2024, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Carteira Leasing Premissas para os Fatores de Risco	31/12/2024		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1000 pontos básicos	deslocamento paralelo de +2500 pontos básicos	deslocamento paralelo de +5000 pontos básicos

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do BOC Brasil Leasing e calculados para a carteira. Essas perdas estão sintetizadas no quadro a seguir (em milhares de reais), sob os cenários C1, C2 e C3:

BOC Brasil Arrendamento Mercantil S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

R\$ Mil	MtM	Stress 10%	Stress 25%	Stress 50%
Operações de Arrendamento Prefixadas	4.134	(29)	(70)	(137)
Operações de Aplicações Financeiras com Ligada	379.230	(695)	(1.719)	(3.381)
MtM/Factor	383.364	(724)	(1.789)	(3.518)

O BOC Brasil Leasing adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado em consonância com sua principal atuação de negócios. O gerenciamento dos riscos é exercido diariamente por intermédio de relatórios e instrumentos devidamente testados e avaliados.

27. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do BOC Brasil Leasing e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Durante os exercícios de 2024 e 2023, o BOC Brasil Leasing não registrou resultados não recorrentes.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

- Seguro

O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. O BOC Brasil Leasing não possui outros tipos de seguros.

* * *